

## Ata n.º 07/2026

### Reunião de Câmara realizada em 06 de abril de 2026

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia. -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### 1.PÚBLICO -----

#### 2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

##### 2.1. Faltas -----

##### 2.2. Intervenção do presidente da Câmara Municipal -----

##### 2.3. Intervenção dos vereadores -----

#### 3.PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. Aprovação das atas das reuniões da câmara municipal de 18/02/2026; 02/03/2026 -----

#### 3.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3.2.1. Proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 05.01.2026 relativa à constituição de fundos de maneiio para o ano de 2026; -----

3.2.2. Proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 2 assistentes operacionais (operador de telecomunicações); -----

3.2.3. Proposta de alteração do estatuto remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil; -----

#### 3.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

3.3.1. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 110212401;

**3.3.2.**Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 116120916; -----

**3.3.3.**Proposta de atribuição de apoio financeiro às entidades participantes nas marchas de São João de 2026, no valor de 38.500,00 €; -----

**3.3.4.**Proposta de atribuição de apoio financeiro à Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, para prossecução dos fins estabelecidos no Protocolo de Colaboração, no montante de 13.500,00 €; -----

**3.3.5.**Ratificação da proposta de fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas -Páscoa 2026 e atribuição de isenção de inscrição no Programa Férias Ativas -Páscoa 2026; -----

**3.3.6.** Proposta da Lista de homenageados - Gala do Desporto 2026 -----

**3.3.7.**Proposta de apoio financeiro, no valor de 15.000,00€, à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, relativo à dinamização de atividades juvenis, no âmbito do projeto “Espaço J – E9G” -----

#### **3.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO** -----

**3.4.1** Início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município da Lousã. -----

#### **4. APROVAÇÕES EM MINUTA** -----

##### **1.Público** -----


**Ana Filipa Quaresma** trabalhadora independente com atividade na Rua do Comércio, manifestou preocupação relativamente à escassez de estacionamento naquela zona. Referiu que a falta de lugares disponíveis prejudica quer os comerciantes locais, quer os seus clientes, considerando importante a criação de mais estacionamento para apoiar a atividade económica. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** reconheceu a preocupação apresentada, mas esclareceu que a Rua do Comércio apresenta limitações físicas que impossibilitam o alargamento da via ou a criação de novos lugares de estacionamento. Indicou que, apesar de já terem existido intenções no passado para aquisição de terrenos ou edifícios próximos com vista à criação de bolsas de estacionamento, atualmente não existem soluções concretas em curso. Relativamente a um espaço específico em frente a um estabelecimento, foi explicado que o mesmo se encontra sinalizado com

proibição de estacionamento, tendo sido inicialmente previsto para estacionamento de bicicletas ou outro uso urbano. Ainda assim, o Executivo mostrou disponibilidade para avaliar tecnicamente a possibilidade de adaptação desse espaço, tendo em conta as normas aplicáveis e as condições existentes. Salientou que a requalificação da rua e a respetiva sinalização são anteriores ao licenciamento de alguns dos espaços comerciais, não tendo havido intenção discriminatória nas decisões tomadas. Concluiu comprometendo-se a analisar a situação apresentada, nomeadamente a eventual viabilidade de criação de mais um lugar de estacionamento no local referido, dentro das limitações existentes. -----

**António Carlos Andrade** expôs uma situação relacionada com um depósito de captação de água recentemente intervencionado, referindo que a obra realizada no local terá alterado o escoamento natural das águas pluviais. Segundo descreveu, anteriormente a água era dispersa de forma natural, mas após a intervenção passou a ser canalizada para um único ponto, provocando maior concentração de caudal. Indicou que essa alteração terá contribuído para fenómenos de erosão do solo e danos em estruturas adjacentes, nomeadamente um muro, cuja degradação poderá ter sido agravada pelas recentes intempéries. Salientou que, embora reconheça a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, considera que a forma como a obra foi executada potenciou os danos verificados. Sugeriu que a situação deverá ser corrigida, nomeadamente através de um adequado encaminhamento das águas para uma linha de drenagem apropriada, de modo a evitar futuros prejuízos. Adicionalmente, levantou questões relacionadas com: a necessidade de identificar a entidade responsável pela obra; a eventual responsabilização pelos danos causados; os problemas de manutenção e limpeza em linhas de água e tanques existentes na zona e a falta de coordenação e comunicação entre entidades envolvidas em projetos locais, referindo dificuldades na obtenção de informações e na identificação de interlocutores. Referiu ainda prejuízos acumulados decorrentes destas situações, bem como constrangimentos na utilização de recursos hídricos para a sua atividade.

**O Senhor Presidente da Câmara** reconheceu a complexidade da situação e informou que será efetuado um levantamento técnico para apurar as condições em que a obra foi executada; a eventual relação entre a intervenção e os danos verificados e as medidas necessárias para mitigar ou corrigir a situação, evitando o agravamento



futuro. Salientou também que os fenómenos meteorológicos recentes tiveram carácter excecional, podendo ter contribuído significativamente para os danos observados. Relativamente às restantes questões, informou que será analisada a situação da limpeza e manutenção das linhas de água e tanques; os serviços municipais irão verificar os procedimentos adotados pelas entidades envolvidas. Terminou comprometendo-se a analisar as situações apresentadas e a prestar informação ao município após a realização das devidas averiguações técnicas, bem como a avaliar possíveis intervenções corretivas. -----

**Américo Sequeira Júnior** apresentou várias questões relacionadas com infraestruturas no seu loteamento, começando por expor a situação de um poste de telecomunicações que se encontra implantado em local que considera inadequado, condicionando o desenvolvimento de projetos de construção no terreno. Referiu que já houve intervenções anteriores no local, nomeadamente ligações efetuadas no âmbito de redes, e que lhe foi transmitido por técnicos que determinadas soluções seriam possíveis. Sugeriu a realocização do poste para a zona do passeio, à semelhança de outras situações existentes, de modo a libertar espaço e permitir a concretização de construções previstas para o lote. Manifestou ainda insatisfação com a falta de resposta por parte da entidade responsável pela infraestrutura, referindo dificuldades na comunicação e ausência de prazos concretos para resolução do problema, apesar de sucessivos contactos. Salientou que a situação lhe tem causado prejuízos, impedindo o avanço de obras e a valorização do seu investimento, considerando que existe falta de coordenação entre entidades. Adicionalmente, colocou questões relativas à ligação de uma habitação, às redes de água e saneamento, referindo que, apesar de ter o projeto aprovado e infraestruturas preparadas no interior do lote, lhe foi indicado que teria de formalizar pedido junto dos serviços competentes. Demonstrou dúvidas quanto à responsabilidade pela execução dessas ligações, face a informações contraditórias que lhe terão sido transmitidas. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a Câmara Municipal não tem competência para intervir diretamente em infraestruturas que pertencem a entidades externas, como é o caso das telecomunicações, sendo necessário aguardar pela atuação da entidade proprietária do equipamento. Informou que o

Município já se encontra, a diligenciar junto da entidade responsável, tendo inclusive reforçado as solicitações para resolução da situação, mas sem obtenção, até ao momento, de resposta concreta quanto a prazos. Relativamente à questão das ligações de água e saneamento, esclareceu que o procedimento deverá seguir os trâmites normais, mediante apresentação de requerimento junto dos serviços, sendo posteriormente verificado o que se encontra previsto no projeto aprovado e as respetivas responsabilidades de execução. Reiterou o compromisso de continuar a pressionar a entidade responsável pela resolução da situação do poste e de analisar o processo relativo às ligações de infraestruturas, prestando os devidos esclarecimentos ao munícipe após verificação técnica pelos serviços. -----

## **2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

### **2.1 – Faltas -----**

Faltou o Sr. Vereador Domingos Lopes, que justificou a falta. -----

### **2.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----**

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que as obras do novo Centro de Saúde decorrem a bom ritmo, prevendo-se a sua conclusão antes do prazo inicialmente estabelecido. Referiu ainda que foi possível assegurar a instalação de novos serviços no equipamento, nomeadamente raio-X, análises clínicas, psiquiatria, psicologia, oftalmologia e nutrição. Informou que se encontram em curso contactos com a Unidade Local de Saúde, no sentido de integrar também o serviço de tratamento de feridas complexas, bem como alargar o horário de funcionamento da unidade de cuidados de saúde. Acrescentou que existe o compromisso de, a curto prazo, passar a haver atendimento médico ao fim de semana, colmatando uma lacuna existente, estando prevista a contratação de mais profissionais de saúde. Relativamente à proteção civil, deu nota de uma ocorrência recente de incêndio, tendo os serviços competentes e os bombeiros atuado prontamente, conseguindo extinguir o foco com rapidez. Informou ainda sobre a deslocação do Rugby Clube da Lousã a Prades, a qual decorreu com sucesso, existindo interesse em reforçar a gemação entre os dois territórios, que conta já com mais de quatro décadas. Esclareceu que, devido à realização recente de eleições autárquicas naquela localidade, não foi possível formalizar convite institucional à autarquia. No que respeita às obras no Complexo Turístico da Senhora da Piedade, referiu que decorrem a bom ritmo, tendo sido

concluídos os trabalhos de limpeza, encontrando-se em curso intervenções ao nível da construção de muros, reforço das condições de segurança, melhoria da rede de saneamento e requalificação dos equipamentos públicos, designadamente instalações sanitárias. Relativamente ao Centro de Meios Aéreos, informou que estão a ser criadas condições para acolher helicópteros da Força Aérea e da Autoridade Nacional de Proteção Civil, prevendo-se também a adaptação do heliporto para operações noturnas. Acrescentou que estas melhorias visam reforçar a capacidade operacional do aeródromo municipal e alargar o tipo de serviços ali prestados. Por fim, esclareceu que os novos serviços de saúde ficarão instalados no novo edifício do Centro de Saúde, enquanto o edifício existente passará a funcionar como Unidade de Saúde Familiar. O novo espaço acolherá ainda serviços complementares de saúde e apoio à comunidade, incluindo a Unidade de Cuidados na Comunidade, de forma a otimizar o investimento realizado. -----

**O Senhor Vereador António Marçal** referiu a importância da integração da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), destacando em particular a necessidade de garantir o tratamento de feridas complexas, que, segundo indicou, é assegurado por equipas especializadas destas unidades. Salientou que este tipo de resposta implica também a existência de meios complementares de diagnóstico e terapêutica adequados. Manifestou preocupação quanto à organização dos espaços no novo edifício, considerando pouco adequado que áreas significativas possam vir a ser destinadas a funções administrativas ou reuniões, defendendo que deverá ser dada prioridade à prestação direta de cuidados de saúde, em função das necessidades da população. Acrescentou que nem todos os utentes têm possibilidade de recorrer ao setor privado, pelo que considera essencial reforçar a capacidade de resposta do serviço público nesta área. Manifestou satisfação pelo reforço de meios e pelas melhorias em curso, nomeadamente a possibilidade de operações noturnas, contudo, questionou, para quando a resolução do litígio existente com a Escola Nacional de Bombeiros, de forma a garantir melhores condições de alojamento para as equipas uma vez que as atuais são insuficientes; qual o modelo de financiamento e encargos associados às operações, nomeadamente no que respeita às equipas aeromédicas; e sobre a necessidade de eventual construção de novas infraestruturas de apoio, caso não seja possível assegurar a utilização de instalações existentes. Solicitou

esclarecimentos sobre as matérias expostas, sublinhando a importância de garantir condições adequadas quer na área da saúde, quer no apoio às operações de proteção civil. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** agradeceu a postura construtiva da oposição, reconhecendo a colaboração prestada nas matérias em discussão, nomeadamente nas áreas da saúde e da proteção civil. Relativamente ao Centro de Saúde, esclareceu que foram identificadas algumas limitações ao nível do projeto, nomeadamente na organização dos espaços. Referiu que, numa fase inicial, foi equacionada a troca entre a área destinada a ginásio e a sala de reuniões, tendo-se concluído que, embora funcional, o espaço poderia beneficiar de maior dimensão. Sublinhou ainda que o projeto não é da autoria do Município, tendo sido elaborado por entidade externa, e que, no decorrer da obra, foram detetados erros de conceção que obrigaram à realização de trabalhos adicionais para garantir a instalação dos serviços pretendidos. No que respeita ao tratamento de feridas complexas, confirmou que esta valência é assegurada pela Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), tal como a área da fisioterapia. Informou, contudo, que essa competência ainda não se encontra atribuída localmente, sendo objetivo do Município assegurar a sua implementação, embora reconheça que a margem negocial com a Unidade Local de Saúde se encontra, nesta fase, mais limitada, face aos serviços já garantidos. Ainda assim, referiu que o tema continua a ser acompanhado junto da administração da saúde. Informou também que o concelho integrará uma Unidade Local de Saúde, que dará resposta a vários concelhos da região, evidenciando a centralidade e importância estratégica do território na área da saúde. Relativamente ao Centro de Meios Aéreos, destacou o interesse manifestado por entidades como o INEM, sublinhando as vantagens da localização e das condições do aeródromo municipal para a instalação de meios aéreos de emergência. Referiu que está em curso um processo de requalificação e reforço de infraestruturas, incluindo a criação de condições para operações noturnas. No que concerne às condições de alojamento das equipas, informou que já existe um projeto para adaptação de instalações existentes, permitindo a criação de quatro quartos para apoio às equipas operacionais. Referiu ainda que mantém uma relação institucional positiva com a Escola Nacional de Bombeiros, reconhecendo, contudo, a necessidade de algumas

intervenções de manutenção nas infraestruturas, nomeadamente ao nível de coberturas e condições gerais dos edifícios. Sobre a utilização de espaços por outras entidades, esclareceu que o Município tem sido cauteloso na celebração de protocolos que possam comprometer a disponibilidade futura das instalações, atendendo a projetos em desenvolvimento para o Centro de Meios Aéreos. Por fim, informou que estão em curso diligências junto da tutela para a eventual instalação de um centro de formação de sapadores florestais no território, considerando tratar-se de um projeto estratégico e de interesse para o concelho. -----

### **2.3. Intervenção dos Vereadores** -----

**A Senhora Vereadora Cristina Silva** informou que, no dia 26 de março, decorreu a reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Lousã, na qual o Município esteve representado e onde foi aprovada a proposta de Atividades de Enriquecimento Curricular para o próximo ano letivo, com alguns ajustamentos pontuais. Foi ainda apresentada uma proposta de revisão da situação dos vigilantes nos transportes escolares, na sequência de preocupações manifestadas por encarregados de educação, tendo-se verificado que o processo de implementação da medida anterior poderá não ter sido suficientemente discutido com a comunidade educativa. Explicou que, tratando-se de transportes integrados na rede pública, não é obrigatória a presença de vigilante, ao contrário do que acontece em transportes exclusivamente escolares. Disse que nos percursos de ida, não têm sido identificados problemas, uma vez que as crianças são acompanhadas pelos encarregados de educação até às paragens e seguem diretamente para as escolas ou atividades, contudo, nos percursos de regresso, onde existem várias paragens intermédias, têm sido identificadas algumas dificuldades, sobretudo ao nível da preparação das crianças mais novas para realizarem o trajeto de forma autónoma. Nesse sentido, considera que ainda não estão reunidas as condições para eliminar totalmente a presença de vigilantes nesses percursos. Assim, foi proposta a manutenção dos vigilantes apenas nos percursos de regresso, com exceção de situações específicas, como a de Casal de Santo António, onde, pelas características do percurso, se justifica a sua permanência em todos os trajetos. Referiu ainda que esta medida deverá ser acompanhada por ações de sensibilização e educação, envolvendo os encarregados de educação, de forma a promover uma adaptação

gradual. Informou, ainda que terá início, a partir do mês de abril, o procedimento concursal para a eleição do(a) diretor(a) do Agrupamento de Escolas da Lousã. Deu conhecimento da participação do Município no encontro das Cidades Educadoras, subordinado ao tema “Brincar na Cidade Educadora”, realizado em Tábua, nos dias 30 de março e 1 de abril, no âmbito dos projetos educativos locais e redes de cooperação educativa. Por fim, informou que decorrerão nos dias 9 e 10 de abril os Jogos da Freguesia, contando novamente com a participação de um grupo da Cantábria, que tem colaborado em projetos Erasmus com o Agrupamento de Escolas da Lousã. -----

**O Senhor Vereador António Marçal** questionou o ponto de situação das obras de recuperação e reposição dos taludes do canal do Metro, que têm impedido a circulação para Serpins. Referiu que, de acordo com a informação disponível, o problema poderá não resultar apenas das intempéries recentes, mas também de fragilidades estruturais da obra inicial. Nesse sentido, considerou que deverá ser avaliada a eventual responsabilização das entidades envolvidas, atendendo ao prazo relativamente recente da intervenção, e sublinhou a importância de informar a população sobre as medidas em curso. Abordou a questão da participação do Município na assembleia geral da Metro Mondego, questionando o modo de designação dos representantes municipais e defendendo maior transparência nesses processos, tendo em conta a relevância da representação dos municípios enquanto associados. Em relação à mobilidade, defendeu a criação ou reforço de um passe intermunicipal acessível, que permita melhorar a circulação, sobretudo dos jovens que estudam fora do concelho, promovendo a coesão territorial e o acesso a oportunidades. Relativamente ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), questionou qual o ponto de situação no concelho, nomeadamente quanto à chegada efetiva dos financiamentos e à execução dos projetos aprovados, manifestando preocupação com eventuais atrasos. Abordou também a questão da limpeza das linhas de água, perguntando se o concelho está abrangido por programas recentes nessa área, para além das intervenções já conhecidas. Por fim, questionou se está prevista, na próxima Assembleia Municipal, a aprovação dos contratos interadministrativos com as freguesias, solicitando esclarecimentos sobre eventuais atualizações de valores ou condições, tendo em conta o contexto atual de aumento

de custos e a necessidade de garantir capacidade de execução por parte das juntas de freguesia. -----

7) **A Senhora Vereadora Helena Correia** questionou uma situação ocorrida numa quinta-feira à tarde, relacionada com a tolerância de ponto, e a falta de funcionários da empresa Moderação e Rigor nesse dia, sem aviso prévio adequado o que terá causado transtornos na organização das famílias. A segunda questão incidiu sobre a atividade da Universidade Sénior, e qual o ponto de situação do seu funcionamento, nomeadamente: se já se encontram a decorrer atividades; qual o nível de adesão por parte da comunidade; e, caso a adesão não seja a desejável, que estratégias estão a ser equacionadas para reforçar a divulgação e participação. -----

**A Senhora Vice-Presidente** começou por apresentar a programação cultural prevista para o mês de abril. Destacou a realização da iniciativa “Arruada da Floresta”, integrada no Plano Nacional das Artes e no programa Eco-Escolas, que contou com a colaboração do Município. A atividade, inicialmente prevista no âmbito do desfile de Carnaval e sucessivamente adiada devido às condições meteorológicas, revelou-se um sucesso, envolvendo a comunidade escolar e os encarregados de educação, e promovendo a sensibilização para a proteção da floresta e da biodiversidade. Referiu a Gala de Leitura realizada no Dia Mundial da Poesia e no Dia Mundial da Árvore, que incluiu a entrega do Prémio Carlos Carranca. A iniciativa contou com a participação de dezenas de jovens e respetivas famílias, tendo considerado ser um momento cultural relevante, que promoveu o contacto com a obra do autor e a valorização da literatura. Informou ainda a realização, no dia 10 de abril, de um espetáculo do grupo Musical Louzan, que contará com a participação do Orfeão Académico de Coimbra. Relativamente às comemorações do 25 de Abril, informou que a cerimónia oficial terá lugar no Teatro Municipal da Lousã, com o objetivo de permitir uma maior participação da população. O programa inclui: a cerimónia do hastear da bandeira; atuação de filarmónicas locais; os discursos institucionais; e um espetáculo musical evocativo de abril, de entrada gratuita mediante levantamento de bilhete. Referiu ainda as exposições alusivas ao 25 de Abril, que estarão patentes no Museu Etnográfico Lousã Henriques e no Teatro Municipal. Por fim, referiu que, no dia 26 de abril, decorrerá um espetáculo

promovido pela Academia de Bailado da Lousã, dirigido à população sénior do concelho. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** relativamente aos transportes públicos urbanos utilizados por alunos, esclareceu que foi recentemente revista a decisão anteriormente tomada quanto à presença de vigilantes. Assim, foi decidido manter um acompanhante/monitor apenas no percurso de regresso das escolas para casa, assegurando o acompanhamento das crianças durante a viagem e a correta saída nas respetivas paragens. Referiu que esta decisão, embora implique custos acrescidos, resulta da prioridade atribuída à segurança dos alunos, procurando garantir tranquilidade às famílias e adequação do serviço às necessidades identificadas. Reconheceu que a medida poderá não ter sido a configuração inicialmente mais adequada, pelo que foi objeto de reavaliação. No que respeita ao Metro Mondego, nomeadamente às obras de estabilização de taludes e à responsabilização da Infraestruturas de Portugal, esclareceu que a questão já foi colocada à entidade responsável, contudo, a IP apenas assume responsabilidade direta em zonas onde tenha havido intervenção efetiva, o que não sucede em todos os locais afetados. Referiu que já ocorreu um primeiro deslizamento de talude e que existe um segundo ponto com risco semelhante, representando um investimento adicional significativo. A intervenção em curso consiste na implementação de soluções estruturais profundas, nomeadamente através de técnicas de estacaria, com vista à criação de uma solução definitiva de segurança para o ramal. Explicou ainda que as recentes intempéries contribuíram para evidenciar fragilidades já existentes, permitindo identificar situações de risco. Garantiu que o prazo de execução das obras se mantém, prevendo-se a conclusão do ramal entre Serpins e Lousã até agosto. Quanto à Assembleia Geral da Metro Mondego, deu conhecimento dos representantes municipais, onde assumirá a presidência da Assembleia Geral e o Presidente da Câmara de Miranda do Corvo assumirá a vice-presidência. Expressou discordância quanto à forma como o processo foi comunicado pelo Governo, considerando que o Ministério das Finanças atuou sem a devida articulação institucional, embora tenha sido sublinhado que o essencial é a continuidade da execução das obras. Relativamente ao passe intermodal, explicou que a sua implementação permitirá integrar os serviços de transporte público e

municipalizados, promovendo maior mobilidade e racionalização de custos. Referiu que os jovens atualmente isentos de pagamento manterão essa condição no novo modelo integrado. No âmbito do PRR e dos fundos de apoio à recuperação de prejuízos resultantes de intempéries e incêndios, informou que se aguarda a definição final dos montantes a atribuir. No caso da Lousã, os prejuízos estimados rondam os 3 milhões de euros, abrangendo infraestruturas, redes viárias, linhas de água e edifícios públicos. Salientou a necessidade de celeridade na transferência de verbas, referindo que já foram suportados custos significativos pelo Município em ações de emergência e reabilitação, nomeadamente nas Piscinas Naturais da Senhora da Piedade e em intervenções de limpeza e estabilização de linhas de água. Disse ainda que estão a ser estabelecidos contactos com diversas entidades, nomeadamente a CCDR e a APA, no sentido de reforçar programas de apoio à recuperação de linhas de água e prevenção de riscos ambientais. No que respeita aos contratos interadministrativos com as freguesias, referiu que o Município se encontra a recolher as propostas e orçamentos das juntas de freguesia, com vista à sua aprovação em Assembleia Municipal. Manifestou a intenção de reavaliar o modelo de apoio às freguesias, podendo vir a ser estudada uma nova abordagem que permita maior autonomia na execução de investimentos, embora se mantenha a necessidade de enquadramento legal através de contratos ou apoios devidamente justificados e rastreáveis. No que concerne à Universidade Sénior, informou que o projeto está a decorrer de forma positiva, com boa adesão e acolhimento por parte da comunidade. Algumas entidades parceiras ainda se encontram em fase de instalação nas novas instalações, estando as restantes atividades já em funcionamento. Relativamente às atividades de enriquecimento curricular e às férias ativas, reconheceu a existência de aspetos a rever no modelo de articulação entre entidades, nomeadamente no que respeita à clarificação de regras durante períodos de interrupção letiva e tolerâncias institucionais e a necessidade de revisão do protocolo existente, de forma a garantir maior clareza na definição de responsabilidades e funcionamento dos programas. Por fim, foi sublinhou que o Município continuará a acompanhar e a ajustar os procedimentos sempre que necessário, garantindo a boa execução dos serviços prestados à comunidade e a articulação entre as diversas entidades envolvidas. -----

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

#### **3.1. Aprovação da ata da reunião da câmara municipal de 18/02/2026; 02/03/2026**

Colocadas à votação, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou aprovar a atas das reuniões de Câmara realizadas a 18 de fevereiro e 02 de março de 2026. -----

#### **3.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----**

##### **3.2.1. Proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 05.01.2026 relativa à constituição de fundos de manei**


O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 05.01.2026 relativa à constituição de fundos de manei para o ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de 05.01.2026 relativa à constituição de fundos de manei para o ano de 2026. (Doc. 1 (um)) -----

##### **3.2.2. Proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 2 assistentes operacionais (operador de telecomunicações); -----**

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta proposta vem na sequência de alterações no mapa de pessoal, explicou que uma funcionária cessa funções por ter transitado para outro organismo e que outra trabalhadora deixou de poder assegurar o serviço em regime de turnos noturnos, por motivos de saúde, tendo sido ajustadas as suas condições de trabalho. Atendendo à natureza do serviço, que exige funcionamento contínuo em regime de turnos, foi decidido abrir procedimento concursal para a contratação de dois novos trabalhadores, garantindo a substituição dos postos de trabalho necessários à normal normalidade do serviço. -----

Senhor Vereador António Marçal referiu que, na sua perspetiva, o início do socorro está diretamente ligado à eficácia do atendimento telefónico e ao funcionamento da central, considerando que este serviço é determinante para a rapidez da resposta operacional. Questionou a opção pela contratação através de carreira de assistente operacional, defendendo que se trata de funções altamente específicas e de elevada responsabilidade técnica, não se enquadrando, no seu entendimento, nesta carreira da administração pública. Sublinhou ainda que se trata de funções com elevada



exigência e responsabilidade, apesar de frequentemente pouco valorizadas do ponto de vista remuneratório, considerando que o procedimento poderia não ser o mais adequado face à natureza das funções. Recordou que, no passado, o Município da Lousã já teve uma central de comunicações operacional, defendendo que deveria ser ponderada a possibilidade de evolução do modelo atual, nomeadamente através de uma estrutura mais especializada. Propôs igualmente que fosse analisada a viabilidade de partilha de serviços e de articulação entre o Município e as Corporações de Bombeiros, podendo ser estudada a criação de uma central única ou modelo integrado de funcionamento, com vista à melhoria da eficiência do serviço. Salientou que a organização destes serviços deve ter como prioridade a qualidade da resposta em proteção civil, considerando esta área essencial para o bom funcionamento do sistema de emergência. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** salientou que os recursos humanos atualmente afetos à central operacional dos Bombeiros Municipais são assistentes operacionais, considerando-se que a evolução para uma estrutura de natureza técnica poderá levantar questões de equidade relativamente aos trabalhadores já em funções. Referiu que não é objetivo desvalorizar os atuais profissionais, mas sim enquadrar corretamente as funções, uma vez que o serviço exige elevada responsabilidade e competências técnicas, nomeadamente no atendimento e encaminhamento de chamadas de emergência, sendo o início do socorro realizado no momento do contacto telefónico. Referiu, ainda que na central existem atualmente elementos com formação e experiência relevante, designadamente um sapador bombeiro, um elemento com experiênciano INEM e dois bombeiros, assegurando-se assim a adequada preparação dos recursos em serviço. Reforçou que o atendimento operacional em contexto de proteção civil exige conhecimento, experiência e capacidade de decisão, não sendo uma função meramente administrativa, mas sim uma função crítica no sistema de socorro. Salientou que os futuros procedimentos de recrutamento deverão assegurar adequação do perfil dos candidatos às exigências da função, através de provas escritas e outras componentes de avaliação, de forma a garantir a qualidade do serviço. Referiu a intenção de criar uma central conjunta de proteção civil, envolvendo os corpos de bombeiros do concelho, considerando que tal modelo poderá permitir maior eficiência e articulação

operacional, sem redução do número de efetivos, mas com reorganização funcional e eventual especialização dos níveis de resposta. Referiu também que a central deverá ser preferencialmente instalada fora do quartel dos bombeiros, por se tratar de uma estrutura de proteção civil com âmbito mais alargado. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 2 assistentes operacionais (operador de telecomunicações); -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 2 assistentes operacionais (operador de telecomunicações) (Doc. 2 (dois)) -----

### **3.2.3. Proposta de alteração do estatuto remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil;** -----

O Senhor Vereador Luís Santa ausentou-se da sala, não participando na votação. -

O Senhor Presidente da Câmara explicou que este cargo corresponde, em termos remuneratórios, ao nível de Chefe de Divisão, referiu que, no anterior enquadramento, não estava prevista a atribuição de despesas de representação associadas a esta função. Considerando que o Coordenador Municipal de Proteção Civil assegura múltiplas deslocações fora do concelho, representando o município em diversos fóruns e entidades no âmbito da proteção civil, salientou que a inexistência de despesas de representação tem levado, em alguns casos, à necessidade de suportar encargos pessoais decorrentes do exercício dessas funções. Assim, foi entendido como adequado proceder à atribuição de despesas de representação, equiparadas às previstas para cargos de direção intermédia de 2.º grau, garantindo a devida compensação pelas funções exercidas e pelas responsabilidades associadas à representação institucional do município. -----

O Senhor Vereador António Marçal destacou a necessidade de reflexão sobre o modelo organizativo da proteção civil municipal, em particular no que respeita à articulação entre o Coordenador Municipal de Proteção Civil e a estrutura de comando dos bombeiros. Referiu que existem interpretações distintas relativamente ao enquadramento destas funções, considerando que o modelo atualmente adotado poderá, no futuro, carecer de revisão, nomeadamente por questões de coerência organizativa, dignificação das funções e reforço da legitimidade das decisões,

podendo equacionar-se soluções de natureza mais colegial, à semelhança do que já sucede noutros municípios. Salientou ainda que, não obstante essa reflexão estrutural, não será oportuno proceder, nesta fase, a alterações profundas na estrutura de comando, sendo coerente manter o modelo vigente. Relativamente à proposta em apreciação, disse que a atribuição de despesas de representação deve ser devidamente fundamentada na natureza das funções exercidas, nomeadamente nas deslocações e na representação institucional do município, devendo essa justificação constar de forma clara. Sublinhou a importância de garantir transparência no processo, quer na fundamentação da decisão, quer na clarificação pública das condições associadas ao exercício das funções. Por fim, reforçou a importância estratégica da área da proteção civil para o município, destacando o papel essencial desempenhado na prevenção e resposta a emergências. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que já se encontram identificadas as pessoas e definida a estrutura de comando, não tendo ainda sido efetuadas alterações, atendendo à proximidade da época de incêndios. Mais informou que, no dia 1 de maio, será apresentado o 2.º Comandante. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de alteração do estatuto remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de alteração do estatuto remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil. (Doc. 3 (três)) -----

### **3.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE** -----

#### **3.3.1. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 110212401; -----**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 110212401; A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de

abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 110212401. (Doc. 4 (quatro)) -----

**3.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 116120196; -----**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 11612098 A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 116120196 (Doc. 5 (cinco)); -----

**3.3.3. Proposta de atribuição de apoio financeiro às entidades participantes nas marchas de São João de 2026, no valor de 38.500,00 €; -----**

O Senhor Presidente da Câmara informou que, no presente ano, se optou por reforçar o apoio financeiro atribuído às marchas populares, por considerar que os valores anteriormente praticados eram insuficientes face ao esforço e empenho das associações envolvidas. Assim, foi atribuído um acréscimo de 1.000 euros a cada marcha sénior e de 500 euros a cada marcha infantil. Referiu ainda que, apesar deste reforço, reconhece que os valores poderão continuar aquém das necessidades, constituindo, no entanto, uma forma de reconhecimento e incentivo ao trabalho desenvolvido pelas associações, promovendo a continuidade desta tradição cultural.

A Senhora Vereadora Helena Correia, verificou, com alguma surpresa, a ausência das Marchas de Serpins e questionou o motivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a não participação da Marcha de Serpins prende-se com a impossibilidade de articulação com outros compromissos e com a exigência de tempo e trabalho que a preparação de uma marcha implica. Referiu ainda que, no caso do rancho, sendo um dos últimos a participar em anos anteriores, não reúne, este ano, condições para integrar o evento. Lamentou a ausência de representação da freguesia de Serpins, reconhecendo, contudo, as dificuldades inerentes à organização destas iniciativas. Reiterou que o reforço do apoio financeiro às marchas teve também como objetivo prevenir desistências,

atendendo ao elevado esforço exigido na preparação, desde a componente coreográfica e musical até à logística e ensaios. Manifestou a expectativa de que, no próximo ano seja possível assegurar uma participação mais alargada, com o envolvimento das entidades que este ano não puderam marcar presença. Por fim, reafirmou o compromisso da autarquia em continuar a apoiar estas iniciativas, dentro das suas possibilidades, reconhecendo a sua importância cultural e comunitária. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro às entidades participantes nas marchas de São João de 2026, no valor de 38.500,00 €; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro às entidades participantes nas marchas de São João de 2026, no valor de 38.500,00 €; (Doc. 6 (seis)). -----

**3.3.4. Proposta de atribuição de apoio financeiro à Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, para prossecução dos fins estabelecidos no Protocolo de Colaboração, no montante de 13.500,00 €; -----**

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o reforço do apoio financeiro atribuído à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, atende ao papel relevante que esta entidade desempenha na gestão e manutenção do Santuário. Referiu que a Irmandade assegura, de forma contínua, trabalhos de manutenção e limpeza, dispondo para o efeito de recursos humanos dedicados a essas funções. A Irmandade, expôs a necessidade de revisão do apoio financeiro, tendo em conta o aumento generalizado dos custos decorrentes da inflação, o que vinha a comprometer o equilíbrio financeiro necessário ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do protocolo existente. Assim, foi decidido proceder a um aumento do apoio, correspondente a um acréscimo superior a 10% face ao valor anteriormente atribuído, passando de 12.000 euros para 13.500 euros, com o objetivo de garantir maior estabilidade financeira à entidade. Referiu, ainda que as recentes alterações no acesso ao complexo, nomeadamente a limitação da circulação automóvel, terão também contribuído para a redução de receitas próprias da Irmandade, reforçando a necessidade deste apoio. -----

A Senhora Vereadora Helena Correia solicitou esclarecimento relativamente à manutenção e limpeza das instalações sanitárias durante época balnear, uma vez que existe um período não expressamente previsto no protocolo, nomeadamente entre 16 de junho e 14 de setembro. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que fora do âmbito do protocolo existente, o município assume diretamente essa função durante o referido período, garantindo a manutenção das condições de higiene e funcionamento das instalações. O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro à Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, para prossecução dos fins estabelecidos no Protocolo de Colaboração, no montante de 13.500,00 €; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro à Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, para prossecução dos fins estabelecidos no Protocolo de Colaboração, no montante de 13.500,00 €; (Doc. 7 (sete)). -----

### **3.3.5. Ratificação da proposta de fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas –Páscoa 2026 e atribuição de isenção de inscrição no Programa Férias Ativas –Páscoa 2026;** -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a ratificação da proposta de fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas –Páscoa 2026 e atribuição de isenção de inscrição no Programa Férias Ativas –Páscoa 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a ratificação da proposta de fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas –Páscoa 2026 e atribuição de isenção de inscrição no Programa Férias Ativas –Páscoa 2026 (Doc. 8 (oito)). -----

### **3.3.6. Proposta da Lista de homenageados – Gala do Desporto 2026;** -----

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Helena Correia manifestou o reconhecimento e orgulho dos vereadores do Partido socialista pelos atletas, equipas, treinadores, dirigentes e associações desportivas do concelho da Lousã, cujos resultados apresentados demonstram um nível extraordinário de dedicação, talento e compromisso com o nosso território. As conquistas alcançadas — desde títulos distritais e regionais até pódios nacionais e participações internacionais — evidenciam a vitalidade e a qualidade do desporto lousanense, justificando a realização desta Gala do Desporto

Sup  
Vf

e a atribuição de prémios de mérito desportivo, conforme previsto nas normas aprovadas em 2012. Referiu que será tempo de visitar o regulamento em vigor, datado de 7 de maio de 2012, que tem já catorze anos e pode não refletir plenamente a realidade desportiva atual nem a evolução significativa que o concelho tem registado. Acrescentou que não conseguiu encontrar o documento de referência – “Normas de atribuição dos Prémios de Reconhecimento do Mérito” – nem a referência da aprovação na ata indicada. Pelo que solicitam acesso ao referido documento. Aproveitou ainda para questionar se a cerimónia de atribuição dos Prémios Lausus se mantém prevista e se já se encontra em preparação, atendendo a que tem sido um momento importante de valorização dos agentes culturais e desportivos do concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta da Lista de homenageados – Gala do Desporto 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da Lista de homenageados – Gala do Desporto 2026€; (Doc. 9 (nove)). --

**3.3.7. Proposta de apoio financeiro, no valor de 15.000,00€, à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, relativo à dinamização de atividades juvenis, no âmbito do projeto “Espaço J – E9G”;** -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de apoio financeiro, no valor de 15.000,00€, à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, relativo à dinamização de atividades juvenis, no âmbito do projeto “Espaço J – E9G; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de apoio financeiro, no valor de 15.000,00€, à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, relativo à dinamização de atividades juvenis, no âmbito do projeto “Espaço J – E9G (Doc. 10 (dez)). -----

**3.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO** -----

**3.4.1. Início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município da Lousã.”;** -----

Retirado da Ordem de trabalhos. -----

**4. Aprovação em minuta** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 13 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



